

## SÍNTESE SOCIAL

### ASPECTOS DA "EXPLOSAO DEMOGRAFICA"

*O Brasil é o único dos grandes países do mundo em que a "explosão demográfica" chegou ao auge. A taxa de incremento da população, no decênio 1950-1960, superou todas as expectativas, atingindo 3,09%. O problema, em nosso caso, é agravado pela distribuição desigual dos efetivos demográficos no território, pelo êxodo rural e pela "macrocefalia brasileira". Há que levar em conta, igualmente, a distribuição etária, que afeta de maneira direta o mercado de trabalho urbano. Todos esses aspectos do problema demográfico brasileiro são objetivamente examinados pela autora da presente "síntese social", MIRIAM LIMGUEIRO CARDOSO.*

CADA país apresenta, em sua evolução demográfica, várias fases distintamente caracterizadas. A primeira delas corresponde ao período em que se verifica uma taxa de natalidade alta, equilibrada por uma taxa de mortalidade também alta. Na segunda fase, enquanto a natalidade permanece em alto nível, a mortalidade apresenta uma tendência secular decrescente, fazendo com que se vá tornando mais agudo o "hiato demográfico", até que se entre numa terceira fase em que, mantendo-se a mortalidade com tendência ainda decrescen-

te, começa a natalidade também a sofrer um processo de tendência decrescente. A quarta fase se dá quando mortalidade e natalidade se encontram novamente em equilíbrio, desta vez em baixo nível.

Convém não esquecer que a dinâmica de uma população é proveniente das relações entre a natalidade, a mortalidade e, também, a imigração e a emigração. No caso do Brasil, a emigração pode ser considerada como nula e o crescimento populacional correspondente à imigração tem diminuído no após guerra. O aumento

da população brasileira é decorrente, em cerca de 92%, do seu crescimento vegetativo, isto é, da diferença algébrica entre o número de nascimentos e o de óbitos ocorridos durante determinado período, em determinada área geográfica. Assim, contribuindo a imigração com apenas 8% para o aumento populacional, decorre este especificamente das condições da natalidade e da mortalidade.

**O AUMENTO POPULACIONAL NO BRASIL — FATORES**

O Brasil é, entre os grandes países do mundo, o único em que a explosão demográfica se manifesta por taxas tão elevadas. Em quanto as previsões máximas indicavam para sua população, em 1960, um total de 68 milhões de habitantes, o Censo de 1960 revelou que em 1.º de setembro daquele ano a população era de ... 70.967.422 pessoas. As taxas de crescimento populacional, que eram de 1,51% de 1930 a 1949 e já tinham atingido 2,38%, no período 1940-1950, chegaram na década 1950-1960 a 3,12%. Esse novo índice de incremento demonstrado pelo Censo de 1960 se coloca como um dos mais elevados do mundo, apenas igualado ou superado por pequenos países da América Central e das Caraíbas, pela Venezuela e pelo Peru. Consideradas quanto às regiões fisiográficas do Brasil, aquelas taxas apresentam-se como no quadro I.

Vemos que em todas as regiões se intensifica o ritmo de crescimento populacional, com exceção do Nordeste. O decréscimo

**QUADRO I**  
**COEFICIENTE REGIONAL DE**  
**CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO**  
**— 1940-1960<sup>1</sup>**

REGIÕES	PERÍODO	
	1940-1950	1950-1960
FISIOGRÁFICAS		
Norte	2,39	3,44
Nordeste	2,32	2,26
Leste	1,95	2,73
Sul	2,82	3,82
Centro Oeste	3,33	5,55
Brasil	2,38	3,12

<sup>1</sup> Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

que nesta região é encontrado se explica pelo fato de ser ela o foco principal do movimento migratório interno. O contingente populacional que sai do Nordeste, ocasionando a baixa da sua taxa de incremento populacional, contribuirá, por sua vez, para um suplemento do acréscimo nas regiões Sul, Leste e Centro Oeste, que são as zonas para onde se dirigem aqueles que emigram do Nordeste.

As previsões do Serviço Nacional de Recenseamento admitem que a população brasileira compreenderá mais de 95 milhões de pessoas em 1970.

Vimos que os principais fatores deste crescimento populacional são a natalidade e a mortalidade a mortalidade pela sua queda e a na-

talidade pela sua permanência em altos níveis.

As taxas de mortalidade, sobretudo as de mortalidade infantil, estão ainda muito altas, porém já são mais baixas do que foram e tendem a continuar diminuindo, acompanhando os progressos da medicina, principalmente no campo da saúde pública. A Comissão de População das Nações Unidas calculou a taxa bruta de mortalidade global no Brasil para o período de 1950 a 1955 como sendo de 19,2‰, prevendo a sua queda para 11,1‰ no período 1975-1980. Atualmente, a mortalidade infantil (crianças que morrem entre o momento do nascimento e o primeiro ano de idade), é de cerca de 160 a 170 por mil para todo o Brasil. Chega a 90 ou 70 por mil onde o desenvolvimento é maior, mas atinge até 428 por mil no Rio Grande do Norte, por exemplo. A tendência, porém, é para que haja um retrocesso dessas taxas, com as novas descobertas e a ampliação do campo de aplicação dos recursos médicos, de higiene e profilaxia.

Quanto à natalidade, as nossas taxas ainda se mantêm como das mais elevadas em todo o mundo, embora ultrapassadas por alguns países da América Latina. Segundo estudos do ilustre demógrafo GIORGIO MORTARA, a taxa bruta de natalidade diminuiu muito ligeiramente nos últimos cem anos, porque, sendo de 47-48‰ na segunda metade do século XIX, só passou a 44-45‰ na primeira metade do século XX.<sup>2</sup> Atualmente,

ela se encontra na casa dos 43-44‰ habitantes. O que sobretudo nos preocupa é verificar se as tendências de expansão demográfica continuarão a se manifestar da forma como o fizeram na última década.

O PE. PEDRO CALDERAN BELTRÃO não vê "nenhuma razão para que haja um desmentido, no caso brasileiro, à lei indutiva segundo a qual uma larga abertura do hiato demográfico leva ao contrólê sistemático dos nascimentos". Partindo daí, diz: "ousamos predizer que não anda muito longe o início da tendência secular ao declínio da natalidade no Brasil".<sup>3</sup>

O que nos inquieta é a extensão de tempo do "não muito longe". Não devemos esquecer que sua afirmação se baseia em dados do Censo de 1950. Mas, enquanto as previsões que se fizeram para o crescimento da população brasileira para 1950-53 eram de 2,4‰ ao ano, para 1954-56 essa estimativa da taxa incremental passou a 2,5‰ ao ano e para 1957-59 chegou a 2,6‰ ao ano. Como já vimos, porém, a taxa verificada no Censo de 1960 ultrapassou todas as expectativas, sendo de 3,12‰ para 1950-60. Gostaríamos de poder afirmar que o Brasil já está saindo da fase de explosão demográfica propriamente dita e entrando na de revolução demográfica, manifestando-se secularmente uma tendência decrescente da taxa de natalidade. Não nos sentimos, porém, ainda bastante seguros para isso.

<sup>2</sup> MORTARA, GIORGIO. *Population Studies*, novembro de 1954, págs. 121-139.

<sup>3</sup> BELTRÃO, PE. PEDRO CALDERAN. "População e Família no Brasil", in SINTESE, outubro-dezembro, 1960,

QUADRO II

POPULAÇÃO, SEGUNDO O DOMICÍLIO <sup>4</sup>

Ano	% sobre o total	
	Urbana	Rural
1940 .....	31,24	68,76
1950 .....	36,16	63,84
1960 .....	45,08	54,92

<sup>4</sup> Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

A Comissão de População das Nações Unidas, em estudo de 1953, analisando os fatores de maior influência no decréscimo da fecundidade matrimonial (“a passagem da população das zonas rurais para as urbanas, a transformação do *status* e do papel social da mulher, o acréscimo das despesas de educação dos filhos, a aspiração a um padrão de vida mais elevado, o declínio dos valores morais e religiosos, a baixa da mortalidade”), não se mostra confiante em que êsses “fatores e outros que lhe são conexos, haveriam de surtir, na ambiência cultural e econômica da zona tropical da América do Sul, os mesmos efeitos que tiveram na Argentina, no Uruguai, ou nos países da Europa”. Mais adiante, declara que “embora atualmente ou em futuro próximo decaia a fecundidade em algumas partes dêsses países (por exemplo, em grandes cidades e em seus arredores), o efeito dessa diminuição sobre a taxa de natalidade nacional pode continuar sendo bastante insignificante. Julga-se, por conseguinte, bastante improvável que num futuro próximo se dê uma rápida diminuição da taxa de natalidade”.

#### EFEITOS DO FENÔMENO DE URBANIZAÇÃO

O conceito de urbanização resulta do fato de que uma parcela considerável da população se localiza nas cidades, dedicada a ocupações urbanas. Analisando o quadro da população de acôrdo com o domicílio, temos a distribuição como se apresenta no quadro II.

Percebe-se logo como tem sido forte o processo de redistribuição da população brasileira, com a tendência, acentuada na última década, à localização nas zonas urbanas. Mesmo levando em consideração que o critério de classificação em urbana e rural é meramente de ordem administrativa, pois que se considera urbana a “população recenseada nos quadros urbanos e suburbanos”, população essa correspondente à residente nas sedes dos Municípios e Distritos, a tendência redistributiva no sentido urbano é nítida. E acresce ainda a circunstância de que êsse deslocamento populacional se dirige, em grande parte, para os maiores centros urbanos, acentuando a chamada “macrocefalia brasileira”, como se pode observar no quadro III.

A densidade populacional dessas dez maiores cidades do Brasil, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, demonstra como se apre-

## SINTESE SOCIAL

QUADRO III

POPULAÇÃO URBANA NAS PRINCIPAIS CIDADES — 1960<sup>5</sup>

<i>Cidade</i>	<i>População</i>
São Paulo	3 835 351
Rio de Janeiro	3 307 163
Recife	797 234
Belo Horizonte	693 328
Salvador	655 735
Porto Alegre	641 173
Fortaleza	514 818
Belo Horizonte	402 170
Curitiba	361 309
Santos	265 753

<sup>5</sup> Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

sentam as aglomerações urbanas brasileiras.

O fenômeno da urbanização foi chamado a responder como um dos fatores mais importantes da diminuição das taxas de fecundidade e natalidade. Isto porque o processo típico de urbanização atual encontra entre suas origens o êxodo rural, isto é, a saída crescente de contingentes humanos do meio rural para os centros urbanos. E sabemos que os índices de aumento vegetativo da população urbana são inferiores aos das populações rurais, no que se refere tanto à natalidade e fecundidade, quanto à mortalidade. Relativamente à fecundidade, cujas taxas urbanas são inferiores às rurais, encontra-se o motivo na quota menor de

mulheres que contribuem para a reprodução, na idade inicial da atividade reprodutora, que é mais avançada, na menor prolificidade das mulheres, relacionada não só ao fato de ser mais tardia a atividade reprodutora, como também à limitação voluntária do número de filhos entre as novas gerações.

Essa influência da urbanização no sentido de amenizar o processo da explosão demográfica tem como freio o fato de que os migrantes rurais não se entregam de todo e de imediato à "aculturação" dentro dos novos meios urbanos. Apenas a pouco e pouco vão-se entrosando com a cultura, as atividades sociais e econômicas desempenhadas pelos cidadãos. Chegam, algumas vezes, a se constituir em autênticos "quistos fechados", presos aos seus métodos e às suas formas de vida do meio rural.

O êxodo rural tem como motivação a procura de melhores padrões de vida; com o mesmo objetivo deslocam-se para os grandes centros industriais os habitantes dos pequenos núcleos semi-urbanos; as migrações internas brasileiras ainda se fazem em função das diferenças marcantes de padrão de rendimento econômico de região para região. O agudo processo de urbanização, embora permita um desenvolvimento industrial mais rápido em algumas regiões do país, acarreta graves conseqüências sociais.

A afluência do campo e das pequenas cidades para as grandes faz com que aumente a densidade populacional dos principais centros urbanos, causando dificuldade não somente quanto aos serviços de

abastecimento d'água, eletricidade, esgotos, transportes, como também quanto à habitação. Ai estão as favelas e os mocambos para demonstrar a gravidade da situação. Outro aspecto de vital importância, e que tem dado mostras do seu desequilíbrio, é o do abastecimento de gêneros alimentícios; embora o fenômeno ocorra em todo o âmbito nacional, mais se intensifica nos centros urbanos.

Do simples tratamento superficial desses problemas ressalta já a importância da reforma agrária, que, modificando a estrutura sócio-econômica rural, permita aos rurícolas se fixarem no seu meio, desenvolvendo as técnicas do seu trabalho, para que, aumentando o padrão de vida rural, diminua o êxodo dos campos para as cidades e possa elevar-se a produção e a produtividade agrária no setor dos gêneros de primeira necessidade. Também surge a necessidade de uma política migratória mais atuante e eficiente, apta a dirigir as correntes migratórias numa redistribuição populacional mais racional.

#### EXPLOÇÃO DEMOGRÁFICA, URBANIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Os problemas do mercado de trabalho em função do aumento populacional e da urbanização assumem aspectos interessantes, que não devemos desprezar. Embora os deslocamentos populacionais dos campos para as cidades venham a incorporar essas populações rurais no ciclo da economia monetária, trazem consigo elementos que se classificam entre a mão-de-obra

simples, não qualificada, com graves conseqüências no mercado de trabalho urbano. Analisemos algumas delas. O número de empregos novos oferecidos pela indústria é pequeno, especialmente para a mão-de-obra simples. O aumento do volume de emprêgo, não sendo suficiente para igualar o aumento do volume de mão-de-obra simples, continuamente aumentado pela chegada de novos contingentes, causa subemprêgo e, até mesmo, desemprego.

Consideremos o desemprego como o conceitua a Organização Internacional do Trabalho: "a impossibilidade de um trabalhador válido encontrar emprêgo".<sup>6</sup> As leis nacionais, na sua maioria, consideram como "desempregado "involuntário" o trabalhador assalariado, fisicamente capaz de trabalhar, que, apesar de estar disposto a aceitar emprêgo condizente com sua capacidade, educação geral e profissional, etc., não pode, por causa das dificuldades externas, encontrar tal emprêgo".

No subemprêgo os trabalhadores estão ocupados em serviços casuais e improdutivos, com pouca expressão econômica. Na zona rural o número de trabalhadores em regime de subemprêgo é muito grande. Como, além disso, a densidade populacional em algumas regiões é bastante alta, opera-se o êxodo rural, transferindo êsse subemprêgo rural para o desemprego urbano.

O homem do campo que vem para a cidade em busca de uma

<sup>6</sup> *Approaches to Social Security*. International Labor Office. Montreal, 1952.

vida melhor e encontra dificuldades de integração no mercado de trabalho industrial, pela falta de capacitações, passa a constituir um forte concorrente do trabalhador urbano: faz poucas exigências e logo se integra nas ocupações que não exigem trabalho especializado.

A pequena oferta marginal de emprego no setor industrial deve-se, em grande parte, a que o ritmo do processo de urbanização seja maior que o do progresso na industrialização. O desequilíbrio do emprego urbano tem aí um dos seus principais fatores. Já em 1950, de acordo com a CEPAL, enquanto a industrialização tinha seus índices em 12,6, a urbanização os tinha em 20,2. E essa decalagem deve ter aumentado em 1960.

A explosão demográfica em que o Brasil se encontra causa a redistribuição etária da população, com importantes conseqüências na força-de-trabalho. Considerando a população economicamente ativa, que é a que desempenha o papel econômico da produção, e não consume somente, vemos que o incremento populacional, dada a força com que atua entre nós, conduz a transformações na pirâmide etária; assim é que:

- 1) há um constante aumento proporcional do grupo das idades mais baixas (de 1 a 14 anos);
- 2) há uma diminuição proporcional do grupo dos economicamente ativos (de 15 a 64 anos);
- 3) há um ligeiro aumento do grupo das idades mais avançadas (65 anos e mais).

Verifica-se, pois, que ocorre um constante rejuvenescimento da po-

pulação brasileira, de modo que o grupo dos economicamente ativos, que em 1950 correspondia a... 55,69% do total, e que está em diminuição, deve sustentar o grupo dos economicamente inativos, compreendendo os de idade avançada, com 2,45% da população total em 1950, mais os de idade mais baixa, com 41,86% da população total em 1950, e que estão sendo constantemente aumentados. Chegamos, assim, a uma situação em que, se considerarmos "população economicamente ativa" aquela que realmente participa da atividade econômica, e não abrange toda a população entre 15 e 64 anos, uma população correspondente a quase 1/3 do total terá a seu cargo o sustento dos restantes 2/3.

A distribuição constante do quadro IV, baseada nos resultados do Censo de 1950, dá idéia da juventude da população brasileira, causada pela taxa de incremento populacional muito alta, em relação a outros países.

O problema acentua-se no Nordeste, porque lá o grupo de menos de 14 anos corresponde a 44,16%; o de 15 a 64 anos, a 51,34%, e o de 65 anos e mais, a 4,50%. Lá podemos sentir a influência do êxodo rural, cujos elementos participantes são oriundos, principalmente, do grupo dos economicamente ativos. Por ter difíceis condições de vida, constitui-se o Nordeste no grande foco emigratório brasileiro e essa emigração agrava a situação, pois lá fica um contingente ainda menor de economicamente ativos.

Note-se que o crescente desajustamento entre os grupos economicamente ativos e inativos se ma-

QUADRO IV

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR GRUPOS DE IDADE — 1950<sup>7</sup>

PAÍSES	% SÓBRE O TOTAL		
	14 anos	15-64 anos	65 anos e +
Brasil .....	41,86	55,69	2,45
E.U.A. ....	28,26	62,60	8,44
Italia .....	26,10	65,70	8,20
Suécia .....	23,44	66,32	10,24
França .....	23,29	64,58	12,13

<sup>7</sup> Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

nifesta quer nos países em que há um rejuvenescimento muito acentuado da população, caso do Brasil, quer nos países em que há um envelhecimento acentuado demais,

como a França. Uma comparação entre regiões do Continente americano, à base de dados mais recentes (1960), é apresentada no quadro V.

QUADRO V

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR GRUPOS DE IDADE - 1960

DISCRIMINAÇÃO	% SÓBRE O TOTAL		
	14 anos	15-64 anos	65 anos e +
Brasil .....	43,3	55,0	2,7
América do Sul .....	40,4	56,3	3,3
América Central .....	42,7	54,3	3,0
E.U.A. ....	31,3	60,0	8,7

O rejuvenescimento da população, que, no Brasil, é ainda mais acentuado do que no conjunto da América do Sul, faz com que jo-

vens e adolescentes entrem cada vez mais no mercado de trabalho, à procura do primeiro emprego remunerado. Como não há aumen-

to ininterrupto de empregos, e os novos empregos têm que atender não só ao crescimento vegetativo, mas também à pressão populacional advinda do êxodo rural, torna-se muito difícil atingir um nível de equilíbrio no mercado de trabalho. O problema ainda mais se acentua porque os progressos da indústria, a grande fonte da oferta de novos empregos, são acompanhados por progressos técnicos e de mecanização que fazem com que se exija uma mão-de-obra cada vez menor para uma produção igual.

De acôrdo com estudos da CEPAL, na população com alta natalidade a taxa de ingresso na força-de-trabalho corresponde a 39% e a de "retiro" a 14,5%; como não há novos empregos em quantidade suficiente para absorver êste excesso de novos trabalhadores sobre os velhos, que se retiram, surge o "desemprego inicial", causado, além disso, pela dificuldade que se coloca ao acesso do jovem trabalhador ao primeiro emprego remunerado. Visto como a tendência é para o agravamento da situação, **teremos futuramente o desemprego e o subemprego de origem nitidamente populacional.** A dificultar o problema no caso do trabalhador jovem, assinala-se ainda o chamado "hiato nocivo" entre a idade mínima de admissão ao trabalho e a idade máxima com que o jovem deve ter atendimento educacional obrigatório; isto concorre para a existência da vadiagem, da mendicância e da delinquência juvenil.

A quantidade muito grande de jovens a serem integrados no tra-

balho industrial está a exigir educação e treinamento adequado, necessidade que não pode ser atendida apenas pelo SENAI e pelo SENAC. O esforço nesse sentido terá que ser suplementado pelo treinamento na própria empresa, de âmbito, pois, micropresarial (T. W. I.). Além disso, as condições atuais do mercado de trabalho precisam ser disciplinadas através dos serviços de emprego, capazes de equilibrar a demanda e a oferta.

#### CONCLUSÃO

A Renda Nacional *per capita* é um dos índices de avaliação do desenvolvimento de um país. A explosão demográfica tem uma de suas influências mais nocivas neste setor; o aumento populacional faz com que grande parte do capital destinado à poupança se transfira para o consumo, a fim de garantir a sobrevivência das novas gerações. Além disso, considerável parcela dos recursos que seriam aplicados em investimentos em bens de produção é deslocada para os investimentos em bens de consumo e para os investimentos sociais e até meramente demográficos. Se a nossa renda *per capita* é de 250 dólares, enquanto a dos países desenvolvidos é de, no mínimo, 400 dólares, e se o nosso aumento populacional é tal que nos dificulta enormemente elevar a renda *per capita*, o ritmo atual de expansão demográfica do Brasil está corroendo o nosso progresso econômico e social. É preciso, pois, para conseguir ajustar a nossa vida social, econômica e política à nossa vida demográfica, estudar

comparativamente, como muito bem lembra o PE. BELTRÃO, "o ritmo atual e previsível de crescimento demográfico com o ritmo atual e previsível de incremento produtivo, especialmente no setor agro-

pecuário e de consumo interno, e com o ritmo atual e previsível de organização político-social".<sup>8</sup>

<sup>8</sup> BELTRÃO, PE. PEDRO CALDERAN, trabalho citado.